

# **GEO** **FRONTER**

**ISSN: 2447-9195**

## **CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO BRASIL E DA CHINA**

Economic growth and social inequality: an analysis of the characteristics of Brazil and China

Crecimiento económico y desigualdad social: un análisis de las características de Brasil y China

---

**Rozimare Marina Rodrigues Rivas**

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

**Resumo:** O Brasil e a China destacam-se pelo expressivo tamanho de sua população, território e economia, exercendo papel relevante em seus respectivos continentes. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as principais características do processo de crescimento econômico e a evolução das desigualdades sociais em ambos os países. Para o alcance desse objetivo, a pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental, complementada por análise qualitativa, de caráter descritivo e analítico. Os resultados indicam que tanto o Brasil quanto a China apresentaram avanços em seus indicadores econômicos e sociais ao longo do período analisado. Contudo, algumas diferenças estruturais se mostram marcantes: no caso brasileiro, apesar da relativa melhora nos indicadores de desigualdade de renda, ela ainda permanece significativamente concentrada ao longo da história. Por sua vez, a China apresenta indicadores econômicos expressivos, sobretudo em decorrência das transformações iniciadas com a Revolução de 1949, e principalmente, a partir das reformas implementadas desde 1978, destacando-se por um modelo de desenvolvimento fortemente baseado no planejamento estatal.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento socioeconômico; Desigualdade de Renda; Economia; Planejamento estatal.

**Abstract:** Brazil and China stand out for their significant population size, territory, and economy, playing a relevant role in their respective continents. In this context, this article aims to analyze the main characteristics of the economic growth process and the evolution of social inequalities in both countries. To achieve this objective, the research was based on a bibliographic and documentary review, complemented by qualitative analysis of a descriptive and analytical nature. The results indicate that both Brazil and China have shown progress in their economic and social indicators throughout the analyzed period. However, some structural differences are striking: in the Brazilian case, despite the relative improvement in income inequality indicators, it remains significantly concentrated throughout history. In turn, China presents significant economic indicators, mainly due to the transformations initiated with the 1949 Revolution, and especially from the reforms implemented from 1978 onwards, standing out for a development model strongly based on state planning.

**Keywords:** Socioeconomic Development; Income inequality; Economy; State planning.

**Resumen:** Brasil y China se destacan por su considerable tamaño poblacional, territorio y economía, desempeñando un papel relevante en sus respectivos continentes. En este contexto, este artículo busca analizar las principales características del proceso de crecimiento económico y la evolución de las desigualdades sociales en ambos países. Para lograr este objetivo, la investigación se basó en una revisión bibliográfica y documental, complementada con un análisis cualitativo de carácter descriptivo y analítico. Los resultados indican que tanto Brasil como China han mostrado avances en sus indicadores económicos y sociales a lo largo del período analizado. Sin embargo, algunas diferencias estructurales son llamativas: en el caso brasileño, a pesar de la relativa mejora en los indicadores de desigualdad de ingresos, esta se mantiene significativamente concentrada a lo largo de la historia. Por su parte, China presenta indicadores económicos significativos, principalmente debido a las transformaciones iniciadas con la Revolución de 1949, y especialmente a partir de las reformas implementadas desde 1978, destacándose por un modelo de desarrollo fuertemente basado en la planificación estatal.

**Palabras clave:** Desarrollo socioeconómico; Desigualdad de ingresos; Economía; Planificación estatal.

## Introdução

Segundo os dados do Banco Mundial (2024), no ano de 2024, o Brasil foi considerado como a décima maior economia mundial em termos de Produto Interno Bruto (PIB) nominal e a primeira da América do Sul, respondendo por mais de 50% da produção sul-americana. O país possui cerca de 211 milhões de habitantes, conforme divulgado pelas Nações Unidas (2024), distribuídos em um território de aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

Por sua vez, a China é atualmente considerada a segunda maior economia mundial. O país conta com uma população de em torno de 1,4 bilhão de habitantes, em uma área de 9,6 milhões de quilômetros quadrados. Em 2024, o PIB nominal chinês foi estimado em US\$ 18,744 trilhões, e o brasileiro foi US\$ 2,185 trilhões, representando, respectivamente, cerca de 16,98% e 1,97% da produção mundial, de acordo com dados do Banco Mundial (2024).

Contudo, ao observar o PIB per capita, indicador que possibilita uma análise das características de renda da população, nota-se que o Brasil apresentou, em 2024, um valor de US\$ 9.565,00, enquanto a China alcançou US\$ 13.122,00, conforme divulgado por Trading Economics (2024). Para efeito comparativo, os países que registraram valores

significativamente mais elevados para o mesmo período foram a Suíça, com US\$ 89.783,00, seguida por Cingapura com US\$ 67.707,00 e pelos Estados Unidos com US\$ 66.683,00.

Além disso, os indicadores de desigualdade social revelam contrastes importantes, de acordo com o Banco Mundial (2024), em 2022, o índice de Gini foi de 0,52 para o Brasil e de 0,36 para a China, demonstrando que, apesar de ambos apresentarem indicadores econômicos relevantes, persistem níveis significativos de desigualdade de renda, principalmente no caso brasileiro.

Embora Brasil e China possuam diferenças marcantes em seu processo de formação socioespacial, ambos compartilham experiências de subordinação econômica e influência de potências estrangeiras em determinados momentos de sua formação histórica. É nessa perspectiva de contrastes e convergências que este trabalho se justifica. Seu objetivo é apresentar uma breve análise dos principais indicadores econômicos e sociais desses países, buscando identificar discrepâncias e aproximações.

Ressalta-se, contudo, que não se pretende realizar uma comparação direta e exaustiva, uma vez que, conforme já mencionado, Brasil e China possuem trajetórias históricas e estruturais profundamente distintas. Deste modo, o objetivo principal deste artigo é analisar as características do processo de crescimento econômico e a desigualdade social predominantes no Brasil e na China.

Pretende-se, para isso, identificar os principais fatores históricos que caracterizaram os moldes de crescimento econômico e os padrões de desigualdade social no Brasil e na China, recorrendo às contribuições de Mamigonian (2008), Medeiros (2013) e Fausto (2006). Ademais, busca-se caracterizar o perfil socioeconômico de ambos os países; e, por fim, apresentar as principais políticas implementadas pelo Brasil e pela China voltadas ao fortalecimento do crescimento econômico e à redução das desigualdades sociais, conforme discutido por Maia (2023), e também abordado por Barbosa (2025).

### **Crescimento econômico e desigualdade social**

A desigualdade econômica e social tem diversas origens, sendo associada a fatores como acesso desigual à educação, concentração de renda, desemprego, políticas econômicas e fiscais que favorecem os mais ricos, dentre outros, e pode ser agravada tanto por fatores estruturais quanto políticos.

O estudo sobre a desigualdade constitui um subcampo das teorias de distribuição social (Carvalho; Souza, 2021). Os autores mencionados apresentam ainda uma forma de organização “informal” de demarcação de fases de agenda de pesquisa sobre o tema, disposta no Quadro 1.

**Quadro 1** – Demarcação de fases da agenda de pesquisa sobre a desigualdade

Período	Denominação	Características
Fase I (1800-1940)	Era do progresso técnico	Foco na distribuição funcional da renda (por fator de produção).
Fase II (1940-1950)	Era do crescimento	Foco na distribuição funcional da renda, porém, apontando para importância de avanços na distribuição pessoal da renda (por faixas de renda).
Fase III (1953-1960)	Era do desenvolvimento	Concentra suas atenções nas causas da desigualdade
Fase IV (1970-1990)	Era da redistribuição	Ressalta a restrição teórica presente nas preocupações com aspectos mais técnicos de mensuração e questões analíticas. Tem-se ainda, um avanço sobre a metodologia das políticas públicas.
Fase V (2000 -...)	Era da desigualdade de renda e de riqueza	Amplia o escopo das preocupações da fase anterior, trazendo para o centro da agenda de pesquisa a mensuração e os efeitos econômicos e políticos da crescente concentração de renda e de riqueza no mundo desenvolvido.

Fonte: Carvalho; Souza (2021, p. 4).

Os estudos sobre desigualdade ganham consistência ao demonstrar que, mesmo quando um país apresenta bons indicadores de crescimento econômico, níveis elevados de desigualdade de renda tendem a deteriorar indicadores sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, Mdingi e Ho (2021) destacam que modelos baseados em economia política, imperfeições nos mercados de crédito, instituições e taxa de fertilidade indicam uma relação negativa entre desigualdade e crescimento em países subdesenvolvidos. Em outras palavras, a elevada desigualdade de renda pode dificultar o crescimento econômico, pois está associada à redução da inovação, à queda nos investimentos e à baixa produtividade, comprometendo o desenvolvimento econômico sustentável.

O coeficiente de Gini, derivado da curva de Lorenz<sup>1</sup>, é o indicador de desigualdade mais utilizado, sobretudo por atender aos princípios que classificam uma medida confiável (Freitag, 2024). Este indicador mede a desigualdade de renda a partir da variação de 0 (igualdade perfeita, ou seja, sem concentração de renda) a 1 (máxima desigualdade).

<sup>1</sup> A curva de Lorenz, criada pelo economista Max Otto Lorenz em 1905, constitui uma representação gráfica utilizada para demonstrar o grau de desigualdade na distribuição de renda de uma população. Conforme Freitag (2024), o eixo X do gráfico representa o percentual acumulado da população, enquanto o eixo Y corresponde a renda acumulada. Deste modo, quanto mais próxima a curva estiver da linha de 45 graus, denominada linha de perfeita igualdade, mais equitativa é a distribuição de renda. Por outro lado, quanto maior o afastamento em relação a essa linha, maior é o nível de desigualdade observado.

Complementarmente, outro indicador muito importante é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), idealizado por Mahbub UI Haq, baseado nas contribuições teóricas de Amartya Sen (1973). O índice considera em seu cálculo, além da renda, outras variáveis como educação e saúde, possibilitando uma avaliação do nível de desenvolvimento humano, assim como o impacto das desigualdades sociais nas condições de vida da população.

### **O Brasil e o passado que molda suas desigualdades sociais**

A formação histórica do Brasil está profundamente associada ao processo de colonização iniciado em 1500, quando os portugueses chegaram ao território em busca de especiarias e ouro. Naquela época, viviam nessa região populações ameríndias, os tupis-guaranis e os tapuias, classificação antropológica recente (Fausto, 2006).

Os portugueses se apossaram das riquezas naturais e escravizaram os povos originários, apesar da resistência desses grupos. O período de 1500 a 1822 ficou conhecido como Brasil colonial, cuja característica foi a grande exploração dos recursos naturais bem como a prevalência da grande propriedade rural, que era estruturada em latifúndios monocultores para exportação com a utilização da mão de obra escrava. Além disso, os países europeus, dentre eles Portugal, praticavam o mercantilismo e, portanto, o Brasil foi administrado por meio de políticas mercantilistas de Portugal.

Com a redução demográfica dos povos originários, sua escravização ficou para o segundo plano, e o Brasil passou a importar escravos do continente africano. Estima-se que entre 1550 e 1895 entraram no Brasil cerca de 4 milhões de escravos, que em geral eram homens jovens (Fausto, 2006). De acordo com Abreu (2014), na primeira metade do século XIX cerca de 2/3 das importações de escravos no Brasil era destinado à “região cafeeira”.

Em 1822, o Brasil conseguiu sua independência, e passou a vigorar no país um governo monárquico constitucional. No campo econômico, até aproximadamente 1830, a exportação de açúcar manteve-se como a principal atividade da pauta exportadora. Conforme aponta Fausto (2006), entre 1821-1830, o açúcar correspondia a 30,1% das exportações brasileiras, seguido pelo algodão com 20,6%, entretanto, a partir de 1831, a pauta de exportação sofreu alterações, com a ascensão do café, que passou a representar 43,8% das exportações no período de 1831 a 1840, e alcançou 64,5% entre 1891 e 1900, consolidando-se como o principal produto da economia nacional.

Até a abolição da escravidão, a mão de obra predominante no país era a escravizada. A partir de 1888, iniciaram-se estímulos à imigração, especialmente para São Paulo. Segundo

Fausto (2006), em 1885 cerca de 6.500 imigrantes ingressaram no estado, número que saltou para 91.826 em 1888, sendo 90% italianos. Entre 1892 e 1930, aproximadamente 1,895 milhão de estrangeiros chegaram ao Brasil pelo porto de Santos, com predominância de italianos (35,5%), portugueses (29%) e espanhóis (14,6%). Com a Primeira Guerra Mundial, o fluxo europeu diminuiu e, entre 1931 e 1940, os japoneses tornaram-se o principal grupo de imigrantes.

O desamparo da população negra após a abolição da escravidão aprofundou as desigualdades sociais no Brasil, uma vez que as oportunidades estavam todas voltadas aos imigrantes, especialmente o europeu, inclusive nas regiões com grande presença de imigrantes. Nessas áreas, a população negra era vista como inferior, sendo considerada útil apenas quando submissa, o que contribuiu para a reprodução histórica da desigualdade racial no país.

Ao longo de sua formação, o Brasil enfrentou diversos conflitos internos e, no âmbito internacional, destacou-se a Guerra do Paraguai (1864–1870), também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança. Apesar do Brasil ter saído “vitorioso” deste conflito, dentre as consequências da Guerra tem-se a elevação do endividamento do país com a Inglaterra, bem como o fortalecimento do exército brasileiro, tornando combatentes como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto figuras importantes, que tiveram posteriormente envolvidos tanto na queda do Império quanto nos primeiros anos da República.

A República Oligárquica (1889-1930) ficou caracterizada pela forte concentração do poder político nas elites agrárias, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, configurando a denominada política do café-com-leite. Esse período foi marcado também pelo coronelismo, garantindo assim a manutenção das oligarquias no poder e a predominância dos interesses agrário-exportadores na condução do Estado.

Conforme assinala Giambiagi *et al.* (2014), o ano de 1964 representou um marco na política e na economia brasilei

ra, com o início de um ciclo de governos militares que se estendeu até 1985. Entre 1969 e 1973, o país vivenciou o chamado “milagre econômico”, caracterizado por elevadas taxas de crescimento do PIB, em média de 11,2% ao ano, e inflação média anual inferior a 18% (Abreu, 2014). Embora em 1967 o governo tivesse como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social, na prática houve priorização do crescimento econômico em detrimento de políticas sociais inclusivas.

Apesar dos bons indicadores econômicos, no aspecto social, houve uma deterioração das condições sociais, principalmente com o aumento da concentração de renda, e também o

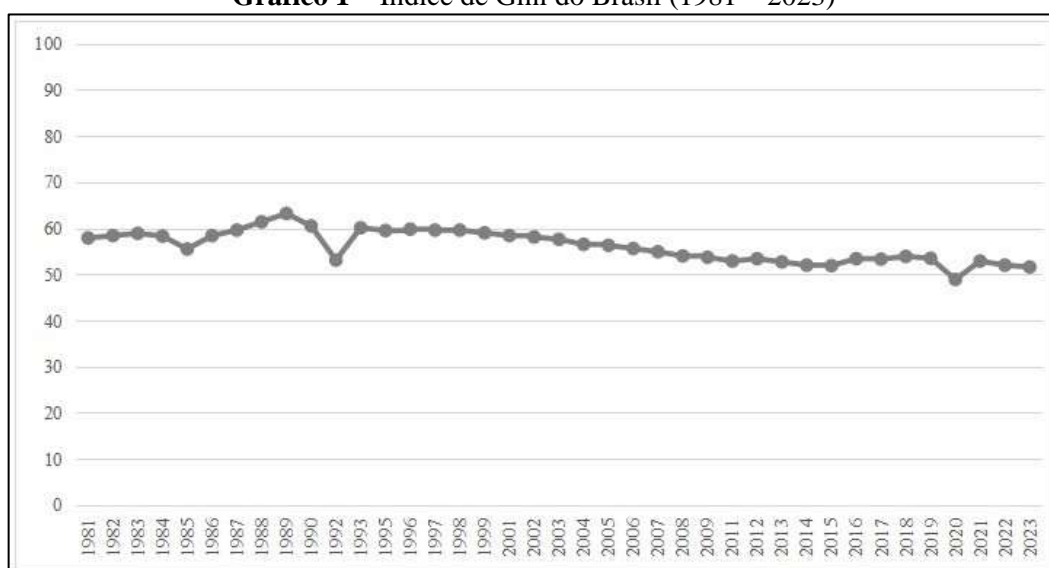
retardamento ou abandono pelo Estado de programas sociais, voltados à saúde, educação e habitação.

Entre 1964 e 1993, o Brasil adotou sucessivos planos econômicos com o objetivo de promover crescimento e, sobretudo, conter a inflação. No início do regime militar, destacaram-se o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), vigente entre 1964-1967, voltado à estabilização monetária, reformas fiscal e financeira e ao controle inflacionário, e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que impulsionaram a industrialização e a expansão da infraestrutura, especialmente nos anos 1970.

A partir da crise da dívida externa e do esgotamento do modelo desenvolvimentista, a década de 1980 foi marcada por instabilidade econômica e hiperinflação, levando à adoção de planos heterodoxos, como o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), que combinaram congelamento de preços e salários com reformas monetárias. No início dos anos 1990, os Planos Collor I e II (1990-1991) buscaram conter a inflação por meio do bloqueio de ativos financeiros, abertura econômica e reformas liberalizantes, encerrando um período de tentativas de estabilização superado apenas com o Plano Real, a partir de 1994.

Entre 1964 e 1993, o índice de Gini brasileiro manteve-se em níveis elevados, conforme evidenciado no Gráfico 1, refletindo as profundas desigualdades sociais do país. O ápice desse indicador ocorreu em 1989, no contexto da chamada “década perdida”, marcada por crises econômicas e hiperinflação.

**Gráfico 1 – Índice de Gini do Brasil (1981 – 2023)**



**Fonte:** Banco Mundial (2024).

Somente a partir de 1994, com a estabilização da economia, o Brasil passou a apresentar melhorias em seus indicadores sociais, como o aumento da renda da população mais pobre, especialmente a partir da criação do Programa Bolsa Família, em 2004. Nesse sentido, a redução do índice de Gini resulta de fatores como aumento do salário-mínimo, elevação na oferta de emprego formal, redução do trabalho infantil, além do avanço no Índice de Desenvolvimento Humano (Giambiagi *et al.*, 2014).

A partir de 2016, em decorrência das adversidades políticas e econômicas enfrentadas pelo país, os indicadores sociais voltaram a se deteriorar, com elevação da desigualdade de renda, conforme pode ser verificado no Gráfico 1. A pandemia de COVID-19 agravou esse quadro, estudos como os divulgados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Neri, 2020), “Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro”, e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2022), “Panorama social da América Latina - resumo executivo 2021”, demonstram que houve uma piora nas condições de vida da população, principalmente as mais pobres. Dados do IBGE (2023) indicam que, em 2021, havia aproximadamente 19,2 milhões de brasileiros sobrevivendo na extrema pobreza, número que foi reduzido para cerca de 9,5 milhões em 2023 (IBGE, 2024).

### **Contextualização histórica da dinâmica socioeconômica na China**

A China é uma das civilizações mais antigas das que existiram, e sua longa duração se deve a vários fatores como posição geográfica, desenvolvimento e a expansão da agricultura intensiva de arroz, precursores da filosofia do confucionismo e taoísmo, bem como o pioneirismo na constituição de uma administração pública estruturada (Mamigonian, 2008).

No campo político, por um longo período, a China esteve governada como um Estado imperial, governado por sucessivas dinastias, cujos processos de substituição, em geral, estiveram sempre associados à eclosão de revoltas camponesas.

Durante o século XIX, a China sofreu intensas agressões políticas e econômicas, período conhecido como “século das humilhações”. Essa fase foi marcada pela dominação militar e exploração por potências estrangeiras, tanto europeias quanto asiáticas. Como resultado, o país passou à condição de “semicolônia” de Estados imperialistas, como Inglaterra, Estados Unidos e Japão. Além disso, foram impostas pesadas indenizações, como as exigidas pela Inglaterra após a Guerra do Ópio (1839–1842) e pelo Japão em 1895, resultando em profunda deterioração financeira (Mamigonian, 2008).

Esse processo começou a ser revertido com a vitória da Revolução Nacional Popular, liderada por Mao Tsé-tung, do Partido Comunista Chinês (PCCh), em 1949, culminando na fundação da República Popular da China. Segundo Jabbour (2010), a partir desse momento, o país passou a reunir condições para romper com a dominação estrangeira, consolidando uma base socialista apoiada no planejamento econômico e na hegemonia estatal dos setores estratégicos.

Conforme destaca Silveira (2023), a reorganização do Estado chinês não se iniciou apenas em 1949, dado que, ainda na década de 1920, o PCCh já administrava várias partes do território nacional, contudo, é a partir da Revolução que se consolidou a unificação territorial, por meio da implementação de um governo central único, de orientação socialista.

O marxismo, corrente ideológica originada no Ocidente, passou a orientar as políticas adotadas por Mao Tsé-tung, ainda que adaptado às especificidades históricas, sociais e culturais chinesas. Até 1949, a estrutura produtiva da China era predominantemente rural, com o desenvolvimento de poucas indústrias leves, as quais inclusive eram na maioria formadas por capital estrangeiro e se concentravam em áreas específicas, como na região costeira.

Com o início da República Popular, a China iniciou um processo de recuperação econômica, tendo como ponto de partida a reforma agrária (1950-1951) e a elaboração do primeiro plano quinquenal (1953 a 1957), que estabeleceu as bases para a industrialização no país (Mamigonian, 2008). Essas medidas promoveram profundas mudanças estruturais na economia chinesa, sobretudo no avanço do setor industrial.

Entre 1958 e 1961, a China tentou acelerar sua industrialização por meio do programa “Grande Salto Adiante”, lançado por Mao Tsé-tung (Kissinger, 2011). O programa foi marcado pela coletivização forçada da terra e do trabalho e pela criação de comunas populares. Contudo, seus resultados foram amplamente negativos, com forte queda na produção agrícola, agravada por desastres naturais e desgaste industrial, resultando em um período de fome que causou mais de 20 milhões de mortes.

Após esse fracasso, Mao passou a enfrentar críticas dentro do Partido Comunista Chinês (PCCh) e, como resposta, lançou a “Revolução Cultural Chinesa”, com o objetivo de neutralizar opositores. Líderes do partido e do Exército foram perseguidos, enquanto a Guarda Vermelha promoveu repressão ideológica e humilhações públicas (Kissinger, 2011).

Apesar desses impactos, Hobsbawm (2021) aponta avanços sociais no período maoísta, como o aumento do consumo alimentar médio, que superou a média mundial, e a elevação da

expectativa de vida de 35 anos, em 1949, para 68 anos, em 1982, impulsionada pela redução da mortalidade.

No campo educacional, mesmo diante da fome e das interrupções causadas pela Revolução Cultural, o número de crianças na escola primária cresceu significativamente, alcançando 96% de matrícula e sendo seis vezes maior do que em 1949 (Hobsbawm, 2021).

Entretanto, na década de 1970, a economia chinesa encontrava-se estagnada. Esse cenário começou a mudar com a ascensão de Deng Xiaoping, que, a partir de 1978, implementou reformas econômicas que romperam com diretrizes anteriores, promovendo uma nova estratégia de desenvolvimento (Silveira, 2023).

Diante dessas transformações, Medeiros (2013) propõe uma periodização que considera as mudanças institucionais e as estratégias de acumulação que marcaram os diferentes ciclos econômicos da China.

**Quadro 2** – Transformações econômicas e social da China pré e pós 1978

Período	Transformações econômicas
1949-1958	Coletivização das terras
1958-1966	“Grande salto” da indústria pesada
1966-1978	Revolução Cultural
1978-1991	Introdução do sistema de responsabilidade familiar e abertura externa
1991-2001	Aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações, expansão da indústria pesada
2001-2009	Investimento da infraestrutura e indústria pesada

Fonte: Medeiros (2013, p. 438).

As reformas conduzidas por Deng Xiaoping priorizaram quatro setores estratégicos, conhecidos como as “Quatro Modernizações” — agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia — com o objetivo de superar a estagnação econômica e o isolamento internacional. Inicialmente, as mudanças concentraram-se na agricultura, com a adoção dos “contratos de responsabilidade familiar”, que permitiram maior produtividade, aumento da renda camponesa e ampliação da oferta de alimentos.

Na indústria e em ciência e tecnologia, buscou-se reduzir a rigidez produtiva e a dependência externa. Isso ocorreu por meio da modernização industrial e do fortalecimento da capacidade tecnológica (Sperancete, 2021). A abertura econômica possibilitou a entrada de empresas transnacionais, atraídas por investimentos estrangeiros diretos e incentivos fiscais, sobretudo em regiões costeiras e setores estratégicos.

Destacam-se as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), como Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, que ofereceram vantagens logísticas, mão de obra e integração aos fluxos

internacionais. Posteriormente, a expansão dessas zonas e a implementação da Política de Portas Abertas estruturaram a produção em diferentes regiões do país.

Por fim, os investimentos em defesa incorporaram tecnologias avançadas, contribuindo para a modernização militar e para a consolidação de um complexo industrial-militar, reforçando a soberania tecnológica chinesa.

### **Perfil socioeconômico Brasil e China**

Do ponto de vista econômico, tanto o Brasil quanto a China seguiram a tendência mundial de elevação em sua produção ao longo das últimas décadas. Conforme os dados do Banco Mundial (2024) apresentados na Tabela 1, o PIB real do Brasil passou de cerca de US\$ 188 bilhões, em 1960, para aproximadamente US\$ 2,03 trilhões em 2024, o que representa um crescimento de 976%, entretanto, quando comparada à produção mundial, a expansão brasileira ocorreu de forma relativamente moderada, dado que, sua participação no PIB global passou de 1,70%, em 1960, para 2,10%, em 2024, mantendo-se relativamente estável ao longo do período analisado.

Em contraste, a China revela uma transformação econômica de magnitude significativamente superior. O Banco Mundial (2024) aponta que, em 1960, o PIB real chinês era de aproximadamente US\$ 161 bilhões, valor inclusive inferior ao brasileiro naquele ano. Em 2024, entretanto, a economia chinesa alcançou mais de US\$ 18,4 trilhões, correspondendo a uma elevação de cerca de 11.381% em seu PIB real. Ademais, sua participação relativa em comparação à produção mundial também ocorreu em magnitude elevada, pois de 1,45% de participação em relação ao PIB real mundial, em 1960, passou para 19,16%, em 2024. Tal desempenho está associado às profundas transformações institucionais, políticas e econômicas iniciadas a partir da fundação da República Popular da China, em 1949, e intensificadas, sobretudo, após as reformas econômicas implementadas a partir de 1978.

**Tabela 1** – PIB real (a preços constantes de 2015) e participação em relação ao PIB Mundial (1960 – 2024)

Ano/ País	Brasil		China		PIB Mundial
	PIB real (em US\$)	% do PIB em relação ao PIB mundial	PIB real (em US\$)	% do PIB em relação ao PIB mundial	
1960	188.463.840.487,37	1,70%	161.023.131.028,20	1,45%	11.069.617.591.005,40
1970	342.966.115.045,67	1,88%	235.151.809.332,09	1,29%	18.248.797.928.662,80
1980	784.557.883.770,82	2,96%	428.399.142.252,56	1,62%	26.469.217.870.859,40
1990	917.211.012.502,60	2,55%	1.041.271.896.195,66	2,90%	35.945.880.219.087,10
2000	1.186.418.964.121,03	2,45%	2.825.096.197.799,54	5,83%	48.425.685.628.052,20
2010	1.703.150.040.806,99	2,62%	7.711.689.202.853,29	11,85%	65.103.029.475.797,80
2020	1.760.056.385.298,89	2,13%	14.920.466.234.565,30	18,02%	82.803.280.050.477,70
2021	1.843.880.907.790,44	2,09%	16.199.162.892.908,60	18,38%	88.113.743.893.150,00
2022	1.899.505.159.031,73	2,08%	16.706.875.253.648,50	18,34%	91.112.302.917.180,80
2023	1.961.080.569.227,70	2,09%	17.611.526.369.126,60	18,78%	93.798.835.497.645,20
2024	2.028.136.094.548,34	2,10%	18.488.114.837.769,30	19,16%	96.492.690.817.960,50

Fonte: Banco Mundial (2024).

Conforme mencionado anteriormente, o índice de Gini é um indicador que mede o grau de desigualdade de renda. Ao analisar os dados históricos disponibilizados pelo Banco Mundial, apresentados na Tabela 2, é possível notar trajetórias muito distintas entre Brasil e China. Ao passo que no Brasil a concentração de renda é historicamente elevada (mantendo-se, ao longo do período analisado, sempre acima de 0,50), na China ocorre o oposto, pois registra níveis mais baixos de concentração. Em 1981, por exemplo, o índice de Gini brasileiro era de 0,579, enquanto na China era de 0,282.

Além das diferenças de magnitude, destaca-se também a distinta dinâmica temporal desses indicadores. Embora o Brasil apresente um índice de Gini relativamente alto, fruto de sua estrutura histórica, os dados indicam uma tendência de redução da desigualdade, a partir de 2012, fruto das políticas econômicas e sociais de caráter redistributivo adotadas pelo governo brasileiro, como programas de transferência de renda e elevação do acesso ao mercado de trabalho.

Já na China, percebe-se que, apesar do país apresentar menos concentração de renda entre sua população, em especial, se comparada ao Brasil, houve um aumento da desigualdade de renda ao longo do período analisado, uma vez que em 2010, o índice de Gini da China alcançou seu maior patamar (0,437), e em 2022 tinha como resultado 0,36.

**Tabela 2 – Índice de Gini no Brasil e na China – (1981-2022)**

Ano/País	Brasil	China
1981	0,579	0,282
1990	0,605	0,322
1999	0,590	0,387
2008	0,540	0,430
2019	0,535	0,382
2020	0,489	0,371
2021	0,529	0,357
2022	0,520	0,360

**Fonte:** Banco Mundial (2024).

Na Tabela 3 é apresentada a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, China, Estados Unidos e Suíça no período de 1990 a 2021. Observa-se que todos os países analisados registraram melhoras em seus níveis de desenvolvimento humano, entretanto, cada um em ritmos e patamares diferentes, seguindo suas estruturas históricas, econômicas e sociais.

É notório o avanço que ocorreu na qualidade de vida da população chinesa. Em 1990, por exemplo, o país apresentava um IDH de 0,484, enquadrando-se na faixa de baixo desenvolvimento humano, de acordo com a classificação do PNUD, já em 2021 o índice alcançou o valor de 0,768 passando a ser classificado na categoria de alto desenvolvimento humano, representando uma elevação de 58,57% deste indicador no período.

Para fins de comparação, no mesmo período, nos Estados Unidos o crescimento do IDH foi de 5,61%, uma vez que passou de 0,872 para 0,921. Já na Suíça, país com maior IDH atualmente, o crescimento foi de 13,04%, pois de 0,851, em 1990, passou para 0,962.

O Brasil também apresentou uma melhora, pois de um IDH de 0,61 em 1990 passou a contar com um índice de 0,75 em 2021, correspondendo a um crescimento de cerca 22,95% no período. Apesar dos avanços, a Tabela 3 demonstra que tanto Brasil, Estados Unidos e Suíça apresentaram queda em seus IDHs durante a pandemia de COVID-19, enquanto a China manteve o ritmo de crescimento deste indicador.

**Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (1990-2021)**

Ano/ País	Brasil	China	Estados Unidos	Suíça
1990	0,610	0,484	0,872	0,851
2000	0,679	0,584	0,891	0,887
2010	0,723	0,691	0,911	0,942
2015	0,753	0,733	0,920	0,954
2018	0,764	0,755	0,927	0,959
2019	0,766	0,762	0,930	0,962
2020	0,758	0,764	0,920	0,956
2021	0,750	0,768	0,921	0,962

**Fonte:** PNUD (2023).

No âmbito da evolução da expectativa de vida ao nascer ocorreram mudanças estruturais relevantes, conforme apresentado na Tabela 4. No início da década de 1960, dados do Banco Mundial demonstram que a expectativa de vida ao nascer na China era muito baixa, ou seja, em torno de 33,42 anos. A expectativa de vida dos chineses aumentou quase 35 anos em apenas três décadas, uma vez que alcançou o patamar de 68,18 anos, representando uma elevação de aproximadamente 103,94%. Entre 1960 e 2023, o ganho na expectativa de vida na China foi de 44,53 anos, uma majoração de 133,24%, traduzindo, assim, uma transformação demográfica relevante no país, fruto de políticas adotadas ao longo da formação da República Popular da China. Outro dado que corrobora essa transformação é o crescimento populacional, já que a população passou de 667 milhões de habitantes para aproximadamente 1,41 bilhão, no mesmo período.

No Brasil, também houve avanços na expectativa de vida ao nascer. Em 1960, era de 53,16 anos, passando para 65,86 anos em 1990, um aumento de 12,7 anos (23,89%). Entre 1960 e 2023, o ganho total foi de aproximadamente 22,69 anos, alcançando 75,85 anos. Esses avanços refletem melhorias no acesso a serviços básicos. Paralelamente, a população brasileira cresceu de cerca de 72 milhões para 211 milhões de habitantes, no mesmo período, representando um aumento de 191,67% (Tabela 4).

**Tabela 4 – População total e expectativa de vida ao nascer – (1960-2023)**

Ano/ País	População total		Expectativa de vida ao nascer, total (anos)		
	Brasil	China	Brasil	China	Mundo
1960	72.388.126	667.070.000	53,16	33,42	50,94
1970	95.375.651	818.315.000	57,34	56,82	57,94
1980	121.207.461	981.235.000	61,82	64,24	62,15
1990	149.143.223	1.135.185.000	65,86	68,16	65,11
2000	174.018.282	1.262.645.000	69,58	72,29	67,65
2010	193.701.929	1.337.705.000	73,78	75,67	70,68
2020	208.660.842	1.411.100.000	74,51	78,02	72,18
2021	209.550.294	1.412.360.000	73,04	78,12	71,22
2022	210.306.415	1.412.175.000	74,87	78,20	72,97
2023	211.140.729	1.410.710.000	75,85	77,95	73,33

**Fonte:** Banco Mundial (2024).

A Tabela 5 dispõe de mais algumas características da transição demográfica vivenciadas tanto no Brasil quanto na China e também em nível mundial. Em geral, verifica-se uma redução

continua tanto na taxa bruta de natalidade quanto na taxa de crescimento populacional, cada um com suas especificidades.

Tanto no Brasil quanto na China a queda na taxa de natalidade foi bastante acentuada, uma vez que de acordo com os dados do Banco Mundial, para o período entre 1960 e 2023, essa redução foi de 71,90% e 69,36%, respectivamente. Enquanto em 1960 a natalidade brasileira era de 43,85 nascimentos por mil habitantes, em 2023 passou para 12,32 por mil. Já na China, a natalidade era de 20,86 nascimentos por mil habitantes em 1960, e reduziu para 6,39 por mil em 2023. Paralelamente, observa-se uma redução na taxa de crescimento populacional em ambos os países: no Brasil, essa taxa passou de 2,47%, em 1960, para 0,40%, em 2023; enquanto na China, houve queda de 2,76% para -0,10% no mesmo período.

No Brasil, este cenário está associado a fatores como ampliação do acesso à educação e aos métodos contraceptivos, inserção da mulher no mercado de trabalho, urbanização, dentre outros. Já na China, algumas das causas dessa redução demográfica contam com as políticas estatais de controle de natalidade, como, por exemplo, a “política do filho único” (1979 – 2015), e ao rápido processo de industrialização e urbanização do país.

Esses indicadores são muito importantes, pois possibilitam ao Estado realizar um diagnóstico da dinâmica de sua população, sobretudo quanto à implicação sobre o mercado de trabalho, previdência e a formulação de políticas públicas que abarquem o envelhecimento da população e a estabilidade do crescimento econômico no longo prazo.

**Tabela 5 – Crescimento populacional e taxa bruta de natalidade – (1960-2023)**

Ano/País	Crescimento populacional (anual %)			Taxa bruta de natalidade (por 1.000 pessoas)		
	Brasil	China	Mundo	Brasil	China	Mundo
1960	...	...	...	43,85	20,86	32,00
1970	2,47	2,76	2,08	35,23	33,43	32,57
1980	2,36	1,25	1,76	32,42	18,21	27,78
1990	1,79	1,47	1,74	24,77	21,06	26,26
2000	1,38	0,79	1,36	19,88	14,03	22,08
2010	0,84	0,48	1,22	15,34	11,90	20,19
2020	0,58	0,24	0,98	13,00	8,52	17,15
2021	0,43	0,09	0,83	12,75	7,52	16,84
2022	0,36	-0,01	0,87	12,56	6,77	16,56
2023	0,40	-0,10	0,93	12,32	6,39	16,33

Fonte: Banco Mundial (2024).

Na Tabela 6 é apresentada a evolução da força de trabalho no Brasil e na China, bem como a participação desse contingente em relação à população total, além de demonstrar o progresso da força de trabalho em nível mundial. No Brasil, observa-se um aumento expressivo da força de trabalho no decorrer do período analisado, com o crescimento de 71,60%, entre 1990, quando o país contava com 62.231.527 indivíduos disponíveis e aptos para a realização atividades laborais, e 2024, quando o contingente alcançou um total de 106.790.403 de indivíduos economicamente ativos.

Na China, apesar do aumento absoluto da força de trabalho - que passou de 639.912.098, em 1990, para 773.879.678, em 2024, representando um crescimento de aproximadamente 20,93% -, ao se comparar esse contingente com a população total, observa-se uma redução relativa: em 1990, a força de trabalho correspondia a cerca de 56,37% da população, enquanto, em 2023, essa participação recuou para 54,85%. Parte desse resultado pode ser explicada pelos efeitos da política de controle de natalidade e pelo envelhecimento da população.

**Tabela 6 - Força de trabalho, total (1990-2024)**

Ano/ País	Brasil		China		Mundo
	Força de trabalho total	% da força de trabalho em relação a população total	Força de trabalho total	% da força de trabalho em relação a população total	
1990	62.231.527	41,73%	639.912.098	56,37%	2.326.446.596
2000	80.295.093	46,14%	706.837.950	55,98%	2.765.726.509
2010	96.467.543	49,80%	773.873.234	57,85%	3.183.716.522
2020	100.001.874	47,93%	763.830.073	54,13%	3.480.412.639
2021	104.085.430	49,67%	781.187.865	55,31%	3.560.995.662
2022	106.610.573	50,69%	770.113.477	54,53%	3.600.564.783
2023	106.356.432	50,37%	774.607.590	54,85%	3.652.582.378
2024	106.790.403	...	773.879.678	...	3.696.440.187

**Fonte:** Banco Mundial (2024).

No que concerne à taxa de desemprego, a Tabela 7 evidencia que o desafio enfrentado pelo Brasil é bastante significativo, dado que ao longo de todo o período analisado, o país apresentou níveis de desemprego elevados, inclusive com registros superiores à média mundial. Nota-se que a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro é altamente sensível às externalidades, como ficou perceptível na pandemia de COVID-19, quando o país alcançou uma taxa de desemprego de 13,70%.

Por outro lado, embora a taxa de desemprego na China tenha se elevado gradualmente passando de 2,37% em 1991 para 4,57% em 2024, há uma certa estabilidade na taxa de desemprego durante o período analisado, esses resultados estão muito atrelados a atuação do Estado nas políticas econômicas, especialmente aquelas voltadas à geração de emprego, à redução da informalidade e às estruturas produtivas priorizadas (setores estratégicos), dentre outros fatores.

**Tabela 7** – Desemprego, total (% da força de trabalho total) (estimativa modelada da OIT)<sup>2</sup> – (1991-2024)

Ano/ País	Brasil	China	Mundo
1991	6,89	2,37	5,13
2000	10,89	3,26	6,12
2010	8,42	4,53	6,29
2020	13,70	5,00	6,61
2021	13,16	4,55	6,06
2022	9,23	4,98	5,26
2023	7,95	4,67	4,92
2024	7,63	4,57	4,89

**Fonte:** Banco Mundial (2024).

Na Tabela 8 é demonstrada a proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 8,30 por dia<sup>3</sup> no Brasil e na China. Para fins de comparação com o salário-mínimo vigente em cada país, utilizou-se, de modo simplificado, a Paridade do Poder de Compra (PPC)<sup>4</sup>, que permite comparar o nível de vida e seu custo entre países. Com base nos fatores de conversão disponibilizados pelo Banco Mundial (2024)<sup>5</sup>, o valor de US\$ 8,30 corresponderia,

<sup>2</sup> O Banco Mundial utiliza séries de estimativas modeladas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o intuito de disponibilizar um conjunto completo de estatísticas trabalhistas internacionalmente comparáveis, por tratar-se de estimativas que combina dados nacionais e modelos estatísticos, os dados podem não coincidir com os publicados por um instituto nacional como o IBGE, por exemplo.

<sup>3</sup> Valor da linha internacional de pobreza para países de renda média-alta (Filmer; Fu; López-Calva, 2025).

<sup>4</sup> A PPC ou *Purchasing Power Parity* (PPP) é um método de conversão monetária utilizado por organismos internacionais, como o Banco Mundial, para comparar níveis de renda e produção entre países, eliminando distorções provocadas pelas diferenças de preços. Seu cálculo é realizado a partir da coleta sistemática de milhares de preços de bens e serviços representativos do consumo interno de cada país, os quais compõem uma “cesta internacional” padronizada. A PPC corresponde ao fator de conversão que equaliza o custo dessa cesta entre dois países, indicando quantas unidades da moeda nacional são necessárias para adquirir o mesmo volume de bens e serviços que 1 dólar internacional (US\$ PPC).

<sup>5</sup> Os valores de PPC do Brasil e da China foram consultados em 23 dez. 2025, e podem sofrer alterações, uma vez que varia conforme as flutuações cambiais, assim, o objetivo é apresentar uma média de PPC.

aproximadamente, a R\$ 20,00 por dia no Brasil (fator PPC 2,38 \* US\$ 8,30), o que totaliza cerca de R\$ 600,00 mensais por pessoa. Já na China, em yuans, este valor seria próximo de ¥ 34,00 por dia (fator PPC 3,99 \* US\$ 8,30), ou em torno de ¥ 1.020,00 mensais por pessoa.

Na China, não existe um salário-mínimo nacional único, pois varia por província ou município. Em outubro de 2025, por exemplo, o Departamento de Relações Trabalhistas (China, 2025) divulgou os padrões de salário-mínimo cujo maior valor era de 2.740,00 yuans em Xangai, e o menor valor de 2.000 yuans em Jiangxi. Conforme apontado pelo Trading Economics (2025), em 2021, na média, o salário-mínimo na China foi de 2.590,00 yuans, enquanto no Brasil foi de 1.100,00 reais, portanto, o PPC de US\$ 8,30 representa aproximadamente 55% do salário-mínimo no Brasil e 40% da média de salário-mínimo na China.

De um modo geral, pelos dados apresentados na Tabela 8, verifica-se que houve uma redução de pessoas vivendo com menos de US\$ 8,30 por dia, o Brasil conseguiu reduzir em 66% este indicador, uma vez que a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$ 8,30 passou de 68,9% em 1981 para 23,4% em 2023. Na China este número é mais impressionante, pois conseguiu uma redução de 79% deste indicador, uma vez que de cerca de 100% em 1981 (elevado grau de pobreza) passou para 21,5% em 2022.

Os resultados da China são frutos de transformações socioeconômicas sem precedentes, e bem direcionadas pelo Estado. Segundo Maia (2023), em 1984, decorrem as primeiras políticas públicas voltadas ao combate à pobreza, e é a partir de 1990 que essas políticas passam a ser institucionalizadas a fim de englobar todo o território. Ainda segundo a autora, “[...] Após um longo ciclo de desenvolvimento, a construção de um Estado de Bem-Estar Socialista começava a ter relevância nas formulações do PCC” (Maia, 2023, p. 123), como resultado, desde as políticas de reforma e abertura iniciadas em 1978, a China conseguiu retirar cerca de 850 milhões de pessoas da extrema pobreza.

**Tabela 8** – Proporção da população vivendo com menos de US\$ 8,30 por dia (PPP 2021) (% da população) – (1981-2023)

Ano/ País	Brasil	China	Mundo
1981	68,9	100,0	69,5
1990	65,8	99,2	70,4
2000	...	...	70,6
2010	...	66,1	60,2
2019	28,0	28,9	...
2020	20,8	29,5	50,5
2021	30,5	21,0	48,8
2022	25,3	21,5	48,3
2023	23,4	...	47,1

Fonte: Banco Mundial (2024).

Em complemento à Tabela 8, na Tabela 9 é demonstrado o percentual de renda que está nas mãos dos 10% mais ricos tanto no Brasil quanto na China. No caso brasileiro, observa-se que historicamente, o país apresenta uma concentração de renda muito elevada nas mãos de uma parcela restrita da população. Ainda assim, verifica-se uma redução relativa ao longo do período analisado, uma vez que a participação dos 10% mais ricos recuou de 45,9% em 1981 para 41% em 2022, embora se mantenha a estrutura padrão de desigualdade. Na China, a detenção da renda dos 10% mais ricos é significativamente menor em relação ao observado no Brasil, apesar de ter uma tendência de elevação entre as décadas de 1990 e 2010, e voltou a decrescer a partir de 2019.

**Tabela 9** – Participação da renda detida pelos 10% mais ricos – (1981-2022)

Ano/País	Brasil	China
1981	45,9	21,7
1990	48,1	25,8
2019	42,0	29,5
2020	39,5	29,4
2021	41,6	28,2
2022	41,0	28,4

Fonte: Banco Mundial (2024).

A China tem realizado investimentos expressivos em educação. Destacam-se as províncias com maior arrecadação, grande contingente de alunos e professores, e foco estratégico na área. De acordo com a informação da revista Exame (As províncias..., 2025), são os casos das províncias Guangdong, Jiangsu e Shandong que se destacaram no investimento

em educação no ano de 2024. Dados divulgados pela UNESCO (2025) em 2020, apontam que cerca de 95,84% de todas as pessoas com mais de 25 anos de idade possuíam o ensino fundamental completo na China.

Na Tabela 10 é apresentado o percentual de gasto em educação na China e no Brasil, tanto em relação ao gasto total do governo quanto em relação ao PIB de cada país. Embora haja lacunas em alguns anos da série, os dados apresentados possibilitam delinear um panorama geral da dinâmica de financiamento educacional de cada país. Ressalta-se que, em termos relativos, a China apresenta uma participação de gasto em educação menor do que a do Brasil quando medida como proporção do PIB, contudo, ao se comparar, em termos absolutos, esse valor é extremamente significativo, devido à dimensão da economia chinesa. Ademais, observa-se que quando a análise considera os gastos governamentais, a China atribui prioridade orçamentária a educação, com um aporte maior de destinação dos recursos.

**Tabela 10** – Participação do gasto governamental em educação em relação ao gasto total do governo e em relação ao PIB total – (1980-2023)

Ano/ País	Gasto governamental em educação, total (% do gasto governamental)		Gasto governamental em educação, total (% do PIB)	
	Brasil	China	Brasil	China
1980	...	...	...	1,91
1985	...	10,687	...	2,008
1992	...	12,291	...	1,655
1995	...	18,717	4,568	1,842
1999	...	12,632	3,801	1,888
2000	...	...	3,949	...
2005	10,698	...	4,479	...
2010	14,295	...	5,649	...
2015	13,511	...	6,241	...
2020	12,498	...	5,772	...
2021	13,616	...	5,497	...
2022	12,934	...	5,619	...
2023	...	11,91	...	4,00

Fonte: Banco Mundial (2024).

Ao longo de sua história, o Brasil adotou diversas estratégias para promover o crescimento econômico; contudo, tais iniciativas nem sempre resultaram em avanços significativos na redução das desigualdades sociais. Durante o período desenvolvimentista (1930–1980), marcado por forte intervenção estatal, foram implementadas políticas de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), além de planos plurianuais, políticas cambiais de controle inflacionário e estímulos às exportações. Entre 1980 e 1984, prevaleceram planos de estabilização heterodoxos. Posteriormente, a partir de 1994, com a consolidação da

estabilidade macroeconômica, passaram a predominar, em diferentes intensidades, políticas de austeridade fiscal e monetária restritiva (Henrique, 2025).

No âmbito social, as políticas públicas constituem os principais instrumentos do Estado brasileiro para promover o bem-estar, reduzir a pobreza e enfrentar as desigualdades. Destacam-se as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família; as políticas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida; a ampliação da proteção social por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), da previdência e da assistência social; além dos investimentos em educação pública, da básica ao ensino superior. Apesar dos avanços, a efetividade dessas políticas ainda enfrenta entraves relevantes, especialmente relacionados à escassez de recursos e às limitações na implementação, no monitoramento e na avaliação dos programas.

Por sua vez, a China adota um modelo de desenvolvimento fortemente orientado pelo planejamento estatal, no qual os planos quinquenais se configuram como instrumentos centrais para a promoção do crescimento econômico e o alcance dos objetivos da revolução chinesa (Barbosa, 2025). Nos planos quinquenais são estabelecidos objetivos de curto e médio prazo, contendo metas quantitativas e qualitativas que buscam expressar e cumprir diretrizes e estratégias do Estado.

O primeiro Plano Quinquenal (PQ) foi implementado no período de 1953 a 1957, e atualmente o país se encontra na fase final do 14º Plano Quinquenal (2021-2025). Segundo Barbosa (2025), os 14 planos podem ser organizados em três grandes fases, as quais são antecedidas por uma fase de adaptação pós-revolução, totalizando quatro etapas: 1) Tomando o controle da economia (1949 a 1952); 2) Assentando as bases (1º ao 4º PQ, de 1953 a 1975); 3) Reforma e abertura econômica: revendo os caminhos (5º ao 9º PQ, de 1976 a 2000); e 4) Consolidação do socialismo com características chinesas moderno (10º ao 14º PQ, de 2001 em diante). Entre as principais características dos planos quinquenais destaca-se a definição de setores prioritários que recebem apoio direto do Estado, bem como na ênfase ao desenvolvimento tecnológico tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Quanto ao bem-estar da população, destaca-se o 9º Plano Quinquenal (1996–2000), período em que houve expressiva redução do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sobretudo nas áreas rurais. A partir do 13º Plano Quinquenal (2016–2020), a erradicação da pobreza extrema passou a ocupar posição central na agenda governamental, com a adoção de políticas voltadas à redução da pobreza relativa, geração de empregos, elevação da renda e a implementação de programas direcionados, como as Políticas Públicas Direcionadas (PPD), além de investimentos em infraestrutura.

Por fim, no 14º Plano Quinquenal, incorporou-se de forma inédita o eixo “garantia de segurança”, com metas voltadas à segurança alimentar e energética. Contudo, Barbosa (2025) ressalta que, embora a nomenclatura seja nova, tais diretrizes já estavam presentes, por meio de metas, em planos anteriores.

### **Considerações Finais**

Os resultados indicam a existência de diferenças estruturais significativas entre Brasil e China. No caso brasileiro, processos históricos profundamente enraizados, especialmente aqueles relacionados ao período escravocrata e ao padrão excludente de formação social, continuam a influenciar a estrutura econômica e social do país. Em contraste, a China adotou, ao longo de sua trajetória recente, um conjunto consistente de ações estatais voltadas à superação dessas estruturas, com forte ênfase no planejamento econômico e na coordenação centralizada.

Com relação aos dados levantados, ficou evidente que Brasil e China apresentaram avanços, inclusive quando comparados à média mundial. Contudo, no Brasil, tais avanços mostram-se limitados, em função da persistente e elevada concentração de renda. Apesar da adoção de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, o país enfrenta obstáculos significativos, especialmente relacionados à restrição orçamentária e às dificuldades de implementação, monitoramento e continuidade dessas políticas.

Por sua vez, os dados da China, em especial as altas taxas de crescimento de seu PIB, evidenciam um desempenho expressivo. Administrar um país com dimensões territoriais, populacionais e regionais tão amplas é um desafio significativo. Nesse contexto, destaca-se o papel central do Estado como coordenador do planejamento econômico. Esse arranjo institucional foi determinante não apenas para o alcance de elevados níveis de crescimento, mas também para a redução das desigualdades sociais, tendo contribuído para retirar mais de 800 milhões de pessoas da extrema pobreza ao longo das últimas décadas.

No que se refere às limitações do estudo, destaca-se o uso predominante de dados secundários, bem como a ausência de séries históricas completas para alguns indicadores, o que direcionou a análise a um enfoque majoritariamente descritivo. Nesse sentido, pesquisas futuras podem incorporar métodos quantitativos mais robustos que aprofundem a compreensão das relações entre crescimento econômico e desigualdade social. Por fim, o artigo contribuiu para o debate acadêmico ao evidenciar que somente o crescimento econômico não garante o

desenvolvimento econômico e social, sendo muito importante a presença do Estado por meio da formulação de políticas assertivas que sustentem os avanços alcançados.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

AS PROVÍNCIAS chinesas que mais investem em educação. **Exame**, São Paulo, 28 fev. 2025. Mundo. Disponível em: <https://exame.com/mundo/as-provincias-chinesas-que-mais-investem-emeducacao/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARBOSA, Caique Djehdian. **Planos quinquenais chineses (1º ao 14º)**: um panorama introdutório sobre seu funcionamento, história e análise de sua evolução. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2025.

CARVALHO, André Roncaglia de; SOUZA, Luciana Rosa de. A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 402–425, abr. 2021. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572021000200402&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572021000200402&tlng=pt). Acesso em: 10 dez. 2025.

CHINA. Ministry of Human Resources and Social Security. **Situação dos salários mínimos nas províncias, regiões autônomas e municípios diretamente subordinados ao governo central (até 1º de outubro de 2025)**. [S. l.], 2025. Disponível em: [https://www.mohrss.gov.cn/SYrlzyhshbzb/laodongguanxi /fwyd/202510/t20251017\\_560518.html](https://www.mohrss.gov.cn/SYrlzyhshbzb/laodongguanxi /fwyd/202510/t20251017_560518.html). Acesso em: 21 dez. 2025.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina 2021**: resumo executivo. Santiago: Nações Unidas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/7f23d393-7e58-4d2e-a3a2-1ac718a182d6/content>. Acesso em: 21 dez. 2025.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FILMER, Deo; FU, Haishan; LÓPEZ-CALVA, Luís Felipe. Further strengthening how we measure global poverty. **World Bank Group**, [S. l.], 5 jun. 2025. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/voices/further-strengthening-how-we-measure-global-poverty>. Acesso em: 7 abr. 2026.

FREITAG, Gabriela Cristina Docena. **Desigualdade de renda e crescimento**: uma revisão da literatura. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) –

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HENRIQUE, Thiago. Políticas Econômicas Implementadas no Brasil. **Investimentos**, [S. l.], 15 abr. 2025. Economia. Disponível em: <https://investimentos.receitasmania.com/politicas-economicasimplementadas-no-brasil/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Era Dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 17 dez. 2025.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto Nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MAIA, Isis Paris. A China e o combate à pobreza: O caso das PPD (2016-2020). **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 117–143, 2023.

MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: DEL ROIO, Marcos Del (org.). **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se centros**. Marília: Ícone, 2008. p. 145-200.

MDINGI, Kholeka; HO, Sin-Yu. Literature review on income inequality and economic growth. **MethodsX**, [S. l.], v. 8, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2215016121001953?via%3Dihub>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v. 2, p. 435-490.

NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Divisão de População. **Perspectivas de População Mundial 2024, Edição Online**. ONU, [S. l.], 2024. Disponível em:

<https://population.un.org/wpp/downloads?folder=Standard%20Projections&group=Populatio>.

Acesso em: 2 dez. 2025.

NERI, Marcelo C. (coord.). Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. **FGV Social**, Rio de Janeiro, Sumário Executivo p. 1-15, set. 2020. Disponível em:

[https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2e57cdd9-722a-4e37-9274-](https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2e57cdd9-722a-4e37-9274-6282d225eacf/content)

[6282d225eacf/content](https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2e57cdd9-722a-4e37-9274-6282d225eacf/content). Acesso em: 21 dez. 2025.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-2022**. [S. l.], 2023. Disponível em:

[https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-](https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-dedesenvolvimento-humano-2021-22)

[dedesenvolvimento-humano-2021-22](https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-dedesenvolvimento-humano-2021-22). Acesso em: 4 dez. 2025.

SEN, Amartya. **On economic inequality**. Delhi: Oxford University Press, 1973.

SILVEIRA, Rafael Bernardo. Análise das relações geoeconômicas China - Mercosul pós 2003.

**Geosul**, v. 38, n. 86, p. 370–400, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/89741>. Acesso em: 26 dez. 2025.

SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. As “quatro modernizações” e o processo reformista chinês entre 1978 e 1992. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, [S. l.], v. 33, n. 2 (60), p. 87–120, 2021. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/54486>. Acesso em: 24 dez. 2025.

TRADING ECONOMICS. **PIB per capita - lista de países**. [S. l.], 2024. Disponível em:

<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp-per-capita>. Acesso em: 2 dez. 2025.

TRADING ECONOMICS. **Salário mínimo mensal na China**. [S. l.], 2025. Disponível em:

<https://tradingeconomics.com/china/minimum-wages>. Acesso em: 21 dez. 2025.

UNESCO. Instituto de Estatística. **Nível de escolaridade da população**. [S. l.], 2025.

Disponível em: <https://uis-data-browser-frontend-9qoly6dvy-ixt1.vercel.app/view>. Acesso em: 23 dez. 2025.

## AUTOR

### **Rozimare Marina Rodrigues Rivas**

Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em 2007. Mestra em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em 2016. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Economista na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) desde 2007.

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9090-207X>

**E-mail:** [rmrr.pp@gmail.com](mailto:rmrr.pp@gmail.com)